ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

JUDICIÁRIO NOTÍCIAS

Edição Março/Abril de 2009 - www.tjce.jus.br- imprensa@tjce.jus.br

TJ inicia virtualização dos processos na Vara de Execuções Criminais

Fotos: Eduardo Torres

Projeto de virtualização trará mais agilidade aos processos. Tecnologia substituirá a pilha de processos em papel.

A virtualização dos processos judiciais já é uma realidade no Estado do Ceará. Os primeiros a serem disponibilizados virtualmente serão os autos em tramitação na Vara Única de Execuções Criminais do Fórum Clóvis Beviláqua. A expectativa, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ernani Barreira Porto, é que o projeto seja finalizado num prazo recorde. "Para isso, dotaremos o Tribunal de todo o suporte técnico-científico necessário", afirma. Ao tomar posse, o Presidente assumiu o compromisso de modificar os procedimentos manufaturados e tornar a prestação jurisdicional mais célere e transparente. ➲ 4 e 5

Andréa Pachá

Foto: Carlos Eugênio

Em Fortaleza, a Conselheira do CNJ, Juiza Andréa Pachá disse que há uma grande dificuldade em conseguir conciliar os direitos e garantias previstos na Constituição com a efetividade desses direitos. “Quando falta política pública voltada para o setor, acaba chegando ao judiciário que tem assumido o protagonismo dessas ações, porque a sociedade precisa que essas leis funcionem".

➲ 6

Des. Rui Stoco

Foto: Carlos Eugênio

O desembargador Rui Stoco defendeu alteração na lei que visa aumentar arrecadação do Judiciário e disse que a mudança deve evitar mais de 90% de sonegação de custas processuais. O desembargador chamou os magistrados de primeira instância a se engajarem no movimento de dotar o Poder Judiciário de mais recursos financeiros para uma melhor prestação jurisdicional.

➲ 2 e 3

Rui Stoco defende mudanças na lei para aumentar arrecadação dos Tribunais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá aprovar, em plenário, projeto de lei propondo, via Congresso Nacional, a alteração do parágrafo 1º do artigo 4º da Lei de Assistência Judiciária aos Necessitados (Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1.950). As mudanças visam elevar as receitas próprias da Justiça Comum em todos os Estados, dinamizando a arrecadação das custas processuais.

A proposta do CNJ, segundo o desembargador Rui Stoco, do Tribunal de Justiça de São Paulo e presidente da Comissão de Fundos de Reaparelhamento do Conselho Nacional de Justiça, é inserir na lei um dispositivo para exigir a comprovação da presunção de pobreza, aumentando, consequentemente, a arrecadação do Judiciário.

O conselheiro do CNJ assegura que "essas alterações vão evitar mais de 90% de sonegação de custas processuais", enfatizando que "o objetivo é evitar a sonegação e não elevar as custas processuais". Pelos cálculos do Conselho Nacional de Justiça, cerca de 70% dos pedidos de benefícios da Lei de Assistência aos Necessitados não têm procedência".

O art. 4º da Lei 1.060 diz: "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e dos honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família". Já o parárafo 1º da mesma lei, diz: "Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta Lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais".

Foto: Carlos Eugênio

Conselheiro do CNJ e desembargador Rui Stoco durante palestra no auditório do TJCE

O desembargador Rui Stoco, palestrante da 1ª Videoconferência promovida pelo Tribunal de Justiça do Ceará, no dia 24 de março deste ano, no Auditório Dom Aloísio Lorscheider, sobre "Imperfeições da Política de Arrecadação do Poder Judiciário", afirmou que o projeto de lei do CNJ deverá ser enviado ao Congresso ainda na atual legislatura.

A palestra reuniu dirigentes do Tribunal de Justiça, desembargadores, juízes de Direito da capital, gestores, servidores e foi transmitida para os municípios de Aracati, Aracoiaba, Beberibe, Brejo Santo, Juazeiro do Norte, Itaiçaba, Limoeiro do Norte, Óros, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Santa Quitéria e Tauá, onde estavam concentrados os juízes do interior, via videoconferência, com o apoio da Assembléia Legislativa do Estado.

"O projeto de lei será encaminhado ao Congresso Nacional com o importante apoio da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Vamos conversar com o ministro presidente do CNJ, Gilmar Mendes, consultar o plenário e esperar o momento adequado para o encaminhamento do projeto de lei ao Congresso", destacou o magistrado.

MAIS CARENTES

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ernani Barreira Porto, afirmou que a aplicação das formas apresentadas pelo representante do CNJ, durante a videoconferência, serão objeto de desdobramentos e vão

depender da interpretação de cada juiz".

O presidente do TJCE destacou que "todos nós marchamos para uma uniformidade de pensamento, pois só queremos, única e exclusivamente, proteger aqueles que mais necessitam de Justiça".

O desembargador Ernani Barreira considera que as mudanças propostas pelo CNJ vão evitar que "escovados" ganhem espaço com os benefícios da lei. "Queremos, isso sim, atender aos mais carentes. Essa é uma postura moral e cristã por parte dos magistrados cearenses", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça.

O chefe do Poder Judiciário cearense garantiu que está empenhado, com total apoio dos juízes de 1º Grau, em modificar os procedimentos e os caminhos dos processos que tramitam na Justiça estadual. "Queremos uma Justiça séria, segura, eficiente e pródiga em resultados. Vamos dar as mãos e formar o exército do novo Judiciário. O momento é de democratização das ações do Judiciário", afirmou Ernani Barreira.

Foto: Carlos Eugênio

Magistrados e operadores do Direito durante palestra

INSUFICIENTE

Rui Stoco destacou, durante sua palestra, que a Justiça brasileira necessita do aporte de mais recursos. "Administrar o Judiciário é muito difícil, pois o número de demandas é cada vez maior e o atendimento não cresce na mesma proporção". O desembargador conclamou o magistrado de primeira instância a se engajar no movimento de dotar o Poder Judiciário de mais recursos financeiros para uma melhor prestação jurisdicional.

"Não estamos aqui para atacar ou responsabilizar ninguém, mas precisamos corrigir as falhas na arrecadação do Judiciário. O crescimento vegetativo de processo é maior de que a nossa capacidade de julgar, apesar de o juiz brasileiro julgar mais que qualquer juiz do mundo", disse o conselheiro do CNJ, destacando que o orçamento do Judiciário, através de repasses do Poder Executivo, é sempre insuficiente para atender às despesas de custeio, pessoal e investimentos.

FUNDOS DE REAPARELHAMENTOS

Outro ponto destacado pelo palestrante foi a questão dos fundos de reaparelhamento do Poder Judiciário, que também serão objetos de propostas de alterações, mediante sugestões do CNJ. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é modelo na busca de recursos fora do orçamento do Estado, ou seja, através do Fundo de Reaparelhamento.

São Paulo é outro Estado que tem eficiente sistema de arrecadação. O Tribunal de Justiça do Ceará está inserido na média de arrecadação de custas, através do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Ceará (Fermoju), conforme pesquisa do CNJ apresentada pelo desembargador Rui Stoco.

O magistrado afirmou que os projetos e propostas do CNJ, visando melhorar as receitas próprias dos Tribunais, tem tido boa receptividade. "O CNJ entra como parceiro e não como impositor".

Rui Stoco mostrou aos desembargadores e juízes de Direito presentes à conferência mais de 30 fontes de recursos que os Tribunais Estaduais podem optar, via projeto de lei, à Assembléia Legislativa, para otimizar suas receitas.

Foto: Carlos Eugênio

Presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira entrega certificado ao conselheiro do CNJ

VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

TJ inicia virtualização dos processos

Foto: Eduardo Torres

Prateleiras lotadas de processos na Vara de Execuções Criminais. O Projeto de virtualização promete celeridade

O modelo de modernização da administração judiciária que está sendo trabalhado no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) terá a marca da tecnologia de ponta com a digitalização e virtualização de todos os processos, tendo como piloto os autos em tramitação na Vara Única de Execuções Criminais.

O desembargador Ernani Barreira Porto assumiu a chefia do Poder Judiciário com o compromisso de modificar os procedimentos manufaturados e tornar a prestação jurisdicional mais célere e transparente."Vamos desenvolver este projeto num prazo recorde. Para isso, dotamos o Tribunal de Justiça de todo o suporte técnico-científico necessário", garantiu.

O presidente do Tribunal reconhece que a tarefa é árdua porque será necessário mudar conceitos e tradições que se perpetuaram ao longo dos anos, mas não correspondem às exigências do século XXI. A principal mudança será a substituição dos processos de papel por processos virtuais. Juízes e servidores do Judiciário cearense receberão treinamento para se adaptarem à nova realidade.

Ao iniciar a primeira etapa da virtualização pela Vara Única de Execuções Criminais do Fórum Clóvis Beviláqua, o Tribunal de Justiça está em sintonia com as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo dados do juiz titular da unidade judiciária, Luiz Bessa Neto, atualmente tramitam no juízo cerca de 12 mil processos.

Com a informatização, a Vara Única de Execuções Criminais ganhará mais celeridade e oferecerá aos apenados e seus parentes uma prestação jurisdicional mais rápida e transparente, possibilitando, inclusive, o controle efetivo no acompanhamento de prazo de cumprimento da pena.

O secretário de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE, José Montenegro, argumenta que a questão prisional envolve vários problemas, "desde a situação precária dos locais de prisão à falta de vagas nos estabelecimentos, até o esquecimento de apenados nas instituições quando já atingido o tempo para benefícios processuais ou mesmo o cumprimento da pena".

Foto: Eduardo Torres

Equipe de Tecnologia da Informação do TJCE

No cenário atual, destaca o secretário, "a punição ocorre duas vezes: primeiro pelo crime imputado; segundo pelo caos instalado na administração de prisões e da própria execução penal". A idéia é que essas questões sejam solucionadas a partir da implantação do "Sistema de Execução Penal".

A principal inovação do projeto é a implantação de um sistema digital, consolidando as informações prisionais no Judiciário cearense, fornecendo uma poderosa ferramenta de apoio para os agentes do estado, responsáveis pela gestão penal, em suas mais variadas atividades.

A gestão automatizada e interativa do sistema permitirá uma visão mais ampla do cenário prisional, permitindo a tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente, tanto por parte de juízes criminais e de execução penal, quanto por administradores de presídios. Montenegro afirma que "o sistema permitirá a análise dos dados prisionais e trará uma nova visão sobre o conturbado universo das delegacias, penitenciárias e demais estabelecimentos penais".

O sistema, que será formado pelos módulos de acompanhamento de infrações penais e acompanhamento prisional pela sociedade, tem como objetivo principal fornecer aos agentes públicos um conjunto de ferramentas que aumente a capacidade de interpretação dos dados prisionais.

O software possui funções que abrangem tecnologias para a gestão de documentos digitais, além de contemplar o envio automático para magistrados de relatórios, acompanhamento de prisões e de dossiês sobre o perfil da ocupação prisional.

Para cumprir o objetivo, serão utilizados os dados alimentados no sistema de gestão de processos do TJCE que servirá como base para a formação do histórico individual de cada réu. Com esse conjunto de dados, diz José Montenegro, "será possível extrair os relatórios que indicam a situação completa da pessoa em relação ao cumprimento da pena imposta ou à prisão temporária determinada".

O desembargador Ernani Barreira informou que esse projeto foi apresentado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Gilmar Mendes, no sentido de que sejam disponibilizados recursos para sua execução.

Foto: Eduardo Torres

Profissionais de TI ajudarão no processo de virtualização dos processos

Curtas

1ª Coletiva

Em sua primeira entrevista coletiva, o desembargador Ernani Barreira Porto, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, anunciou na manhã do dia 26 de fevereiro as medidas mais urgentes que adotará durante a sua gestão. As três primeiras ações anunciadas foram a informatização da Vara Única de Execuções Criminais, Varas dos Juizados da Infância e da Juventude e Varas de Família. Durante a entrevista, o desembargador apresentou a sua equipe de secretários e ressaltou as novas atribuições da vice-presidência, que passou a assumir ações administrativas ao lado da Presidência. Antes, cabia ao vice-presidente a direção do Fórum Clóvis Beviláqua.

Foto: Carlos Eugênio

Presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira em entrevista coletiva

Juíza do CNJ em Fortaleza

A juíza Andréa Pachá, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esteve no Tribunal de Justiça no último dia 10 de março, quando apresentou o programa "Nossas Crianças" voltado a crianças e adolescentes para ressocialização de jovens em conflito com a lei. O secretário geral do Tribunal, Hélio Leite, disse que estudos estão sendo feitos com o objetivo de viabilizar parcerias para que o projeto seja implantado no Ceará. Em Fortaleza, a magistrada participou também do I Seminário do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, promovido pelo Juizado da Mulher da Comarca de Fortaleza, que tem à frente a juíza Rosa Mendonça.

Reuniões semanais

Diálogo e decisões conjuntas têm sido a tônica da administração do desembargador Ernani Barreira Porto. Logo ao assumir a presidência do Poder Judiciário cearense, ele reservou as manhãs de segundas-feiras para se reunir com secretários e assessores. É o momento em que cada gestor apresenta projetos e realizações. Esses encontros são fundamentais para a tomada de decisões, "não há segredos. Cada um fica sabendo o que está sendo feito e o que ainda deverá ser realizado", reforça o desembargador.

Encontro com juízes

Durante reunião com os juízes das Varas de Execuções Fiscais, Fazenda Pública e de Execução Criminal, no Fórum Clóvis Beviláqua, no dia 11 de março, o presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, apresentou o projeto de digitalização dos processos ativos e implantação do sistema digital de virtualização do Poder Judiciário. Na reunião estiveram presentes o vice-presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa; o corregedor geral da Justiça, desembargador João Byron de Figueiredo Frota; o Secretário Geral do TJCE, Hélio Leite; o assessor especial da presidência, Roberto Feijó; o juiz auxiliar da Presidência, Hortênsio Augusto Pires Nogueira; o juiz diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, Francisco José Martins Câmara e a secretária administrativa do Fórum, Jaçuleide Coelho Silva Martins.

Judiciário & Imprensa

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário disponibiliza diariamente boletins informativos para a imprensa. Rádios, Jornais, TVs e sites recebem releases, através de e-mails, com a cobertura dos principais fatos e decisões no dia a dia do Judiciário. Em dois meses, foram produzidas 73 notícias geradas a partir da cobertura do Tribunal Pleno, Câmaras Cíveis, Criminais, Reunidas e eventos do Judiciário.

Desembargadora Estela Brilhante assume Ouvidoria

A desembargadora Maria Estela Aragão Brilhante, integrante da 1ª Câmara Criminal, assumiu a Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Ceará no dia 16 de março. Ela substitui a desembargadora Maria Iracema do Vale Holanda, que dirigiu o órgão nos últimos dois anos, sucedendo à desembargadora Edite Bringel. Na avaliação da desembargadora Estela Brilhante, a Ouvidoria é um órgão de suma importância para o Tribunal de Justiça porque aproxima a sociedade do Poder Judiciário. "Na minha gestão pretendo dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido anteriormente e, na medida do possível, melhorar no sentido de contribuir positivamente para a gestão do desembargador Ernani Barreira", disse a magistrada.

Foto: Eduardo Torres

Desembargadora Estela Brilhante é a terceira mulher à frente da Ouvidoria do Tribunal

Resolução agiliza intimações no interior

O secretário Hélio Leite ressaltou a importância da Resolução nº 02, aprovada pelo Pleno em fevereiro deste ano, que dispõe sobre intimações dos advogados das partes relativas a processos judiciais em todas as entrâncias do 1º grau. A partir dessa Resolução, as intimações desses advogados passaram a ser feitas através do Diário da Justiça (DJ). Antes, as intimações através do DJ só eram permitidas para os processos em trâmite na Comarca de Fortaleza. A Resolução obedece aos princípios da economicidade e da eficiência tendo em vista que o Diário da Justiça é disponibilizado gratuitamente, pela internet, permitindo o acesso imediato e eficaz dos advogados interessados.

Desembargadores se despedem do Judiciário

Desde o início deste ano, quatro desembargadores pediram aposentadoria por tempo de serviço. Em 24 de janeiro foi a desembargadora Maria Celeste Thomaz de Aragão, seguida pela desembargadora Mariza Magalhães Pinheiro, em 26 de janeiro. No dia 8 de março, o desembargador João de Deus Barros Bringel solicitou aposentadoria, e em 25 de março foi a vez da desembargadora Huguette Braquehais. No dia 11 de abril pediu aposentadoria o desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro. No dia 15 de abril foi publicada no Diário da Justiça a aposentadoria da desembargadora Lúcia Maria do Nascimento Fiúza Bitú.

Lacen: rapidez nos exames de DNA

Nos primeiros 60 dias de gestão do desembargador Ernani Barreira Porto, algumas ações já estão agilizando procedimentos que demoravam anos. O secretário geral do Tribunal de Justiça, Hélio Leite, destacou a parceria com o Laboratório Central do Estado (Lacen) que está preparado para fazer 60 coletas diárias e 30 exames por dia de DNA para investigação de paternidade. O secretário informou que até o mês de julho, o Lacen deverá colocar em dia os três mil exames, aproximadamente, que fazem parte de processos, principalmente, das Varas de Família, do Fórum Clóvis Beviláqua. Ele explicou que muitos desses processos tramitam desde 2005, mas não haviam sido concluídos porque esperavam a realização desses exames. Depois que esse montante for colocado em dia, o Lacen espera fazer a entrega de resultados num prazo de cinco dias úteis.

Secretaria de RH e Fermoju

Ao assumir o comando da Secretaria de Recursos Humanos e Gestão do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), Ramiro Barroso disse que o planejamento estratégico é a primeira meta a ser cumprida. O objetivo, segundo ele, é melhorar a prestação do serviço de recursos humanos no Poder Judiciário e alavancar os recursos do Fermoju . Com isso será otimizada a gerência dos recursos originários de pagamentos das custas judiciais e extrajudiciais bem como a venda de selos. O novo secretário é servidor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem especialização em Direito Tributário e é mestrando em Economia no Setor Público, pelo Centro de Pós-Graduação em Economia (CAEN) da UFC.

Foto: Eduardo Torres

Secretário Ramiro Barroso vai aumentar recursos do Fermoju

Assistência Militar em destaque no Poder Judiciário

Foto: Nadson Fernandes

Equipe da assistência militar do TJCE

A Assistência Militar criada através da Lei 12.483, de 03 de agosto de 1995, é uma unidade de assessoramento imediato, subordinando-se diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça. Compete-lhe planejar, organizar, dirigir e controlar a segurança dos órgãos do Poder Judiciário.

Em sua gestão, o Desembargador Ernani Barreira Porto – Presidente do TJ, nomeou o Major PM Augusto Nirlando Monteiro Vieira, para exercer o cargo de Assistente Militar. Oficial da mais alta estirpe, cristão, humanista, é reconhecido em sua Corporação por sua abnegação ao serviço, competência e transparência nas suas ações.

Para sua gestão, o Major PM Augusto, seguindo as recomendações do Presidente do TJ, tem priorizado a excelência no serviço de segurança, policial e bombeiro militar, voltada a todos os integrantes do Poder Judiciário. Sua meta imediata é a implantação do sistema de segurança ostensiva motorizada, visando a efetivação de viaturas caracterizadas para executar o patrulhamento em pontos estratégicos que serão definidos.

A Assistência Militar teve suas atividades reforçadas com a criação da 3ª Companhia de Polícia de Guarda - 3ª CPG, através do Decreto nº 25.570, de 11 de agosto de 1999.

Para exercer as funções de Comandante da 3ª CPG, o Assistente Militar indicou o Major PM Márcio Gianny Cavalcante de Melo. Oficial da Polícia Militar, com comprovada experiência no serviço prestado junto ao Palácio da Justiça. Destacando-se por sua dedicação a causa da segurança pública e suas atitudes humanistas e prudentes.

Visando o fiel cumprimento da missão da Assistência Militar, o Major PM Alexandre Ávila de Vasconcelos, foi indicado para Coordenar as atividades operacionais de Segurança do Poder Judiciário. Oficial incansável, cujo desvelo pelo serviço de policiamento ostensivo faz parte de sua vida profissional, com formação operacional e serviços prestados em vários Estados da Federação e no exterior.

Compondo ainda, a estrutura da Assistência Militar temos a participação da 8ª Seção de Bombeiros do Poder Judiciário, criada pelo Decreto Estadual Nº. 29.081, em 27 de novembro de 2007, para atuar na prevenção de combate a incêndios, atividades de defesa civil e prestação de atendimento pré hospitalares.

Para o comando da 8ª Seção o Assistente Militar indicou o Major BM José de Melo Neto. Oficial com relevantes serviços prestados na defesa do lema: "Vidas alheias e riquezas a salvar".

Tribunal Pleno

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente

Des. José Arísio Lopes da Costa - Vice-Presidente

Des. João Byron de Figueirêdo Frota - Corregedor Geral da Justiça

Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha

Des. Rômulo Moreira de Deus

Desa. Gizela Nunes da Costa

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Des. Ademar Mendes Bezerra

Desa. Edite Bringel Olinda Alencar

Des. Maria Iracema do Vale Holanda

Des. José Mário dos Martins Coelho

Desa. Maria Sirene de Souza Sobreira

Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes

Des. Lincoln Tavares Dantas

Des. Celso Albuquerque Macêdo

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Des. Francisco Sales Neto

Des. Raul Araújo Filho

Desa. Maria Estela Aragão Brilhante

Raimundo Hélio Leite - **Secretário Geral**
Eliardo Ximenes Rodrigues - **Secretário de Administração**
Francisco José Porto Montenegro - **Secretário de Tecnologia da Informação**
Francisco Zacarias Silveira de Araújo - **Secretário Judiciário**
Luis Eduardo Fontenelle Barros - **Secretário de Finanças**
Ramiro Barroso **- Secretário de Recursos Humanos e Gestão do FERMOJU**
Hortênsio Augusto Pires Nogueira - **Juiz Auxiliar da Presidência**
Roberto Nogueira Feijó - **Assessor Especial da Presidência**
Francisco Gladstone de Brito Almeida - **Auditor Chefe de Controle Interno**
Júlio Cavalcante Neto - **Assessor de Planejamento**
Antônio Carlos Pontes Barreto - **Assessor de Cerimonial**
Sílvio Braz Peixoto da Silva - **Consultor Jurídico**
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - **Assistente Militar**

Expediente

Assessora de Comunicação: Regina Luna
Redatores: Luciberto Forte, Edson Gomes, Crisley Cavalcante e Natacha Albuquerque
Estagiários: Andréia Costa, Irailton Menezes, Francisco José e Nadson Fernandes
Concepção gráfica: Eduardo Torres
Impressão e acabamento: Parque Gráfico do TJCE

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Assessoria de Comunicação

Tel.: (85) 3216.2847/2531 Fax: (85) 3216.2512
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima S/N - Centro Administrativo Cambeba - Fortaleza-CE
CEP: 60.830-120